



5008634

08111.000067/2023-01



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Informação Técnica nº 16/2023/COPAM/CGGAM/DPDS-FUNAI

Brasília, DF, na data da assinatura eletrônica

Ao Senhor Coordenador de Políticas Ambientais

Assunto: Projeto de Carbono do tipo redução de desmatamento e degradação, no âmbito do mercado voluntário de carbono, na TI Kayapó, de autoria da Empresa Carbonext

1. Esta informação técnica visa atender o Despacho COPAM (4947265) no que diz respeito ao Projeto de Carbono na TI Kayapó, de autoria da Empresa Carbonext.

2. De acordo com a Carta nº 002/2023/Carbonext/Compliance (4921887), a Carbonext é uma empresa especializada na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento sustentável de áreas florestais, bem como na comercialização de seus produtos, especialmente créditos de carbono, inclusive os chamados “Voluntary Carbon Unit” (“VCU”). Consta ainda, no mesmo documento, que “além de projetos em propriedades privadas, a empresa desenvolve projeto socioambiental de geração de crédito de carbono em área florestal localizada em território indígena”. Além disso, informa-se que:

Esclarece-se que o projeto socioambiental de geração de crédito de carbono desenvolvido pela CARBONEXT será sempre baseado no uso tradicional da terra e no plano de vida das comunidades indígenas, sendo submetido à aprovação das comunidades, de acordo com as melhores práticas de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. A área de projeto é definida de acordo com o uso tradicional da terra, tal como entendido e comunicado pela comunidade indígena, em processo de CLPI, sendo que tal definição levará em conta o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), o Etnomapeamento e o Etnozoneamento.

3. De acordo com a seção 2 - – Histórico das tratativas com o povo Mebengokre da Terra Indígena Kayapó, informa-se que no dia 9 de novembro de 2022, foi realizada reunião por videoconferência com representantes das associações indígenas Pykore, Pore, Tuto Pombo, no Hotel Star Gold, na cidade de Ourilândia do Norte, acompanhados do antropólogo e indigenista Samuel Vieira da Cruz. Informa-se que nesse encontro inicial a equipe da Carbonext explicou as principais questões relacionadas ao desenvolvimento de projeto gerador de créditos de carbono (REDD+), inclusive em territórios indígenas, e esclareceu as dúvidas iniciais dos participantes. Além disso, foi criado o grupo no WhatsApp com o objetivo de facilitar a comunicação e a prestação de informações complementares sobre os projetos de crédito de carbono. Menciona-se ainda que, além da troca de mensagens nesse grupo principal, foram realizadas tratativas com cada associação para articular questões específicas como, por exemplo, logística para dimensionar as comitivas representativas e verificar as condições para a sua participação nas reuniões.

4. Registrou-se ainda, que após o encontro já mencionado foi realizada uma reunião presencial em São Paulo, SP, em 06 de dezembro de 2022, para que as associações indígenas da TI Kayapó pudessem

conhecer a empresa Carbonext e que demais esclarecimentos fossem prestados acerca do desenvolvimento dos projetos de crédito de carbono. A comitiva da TI Kayapó foi integrada por um total de 27 (vinte e sete) membros, sendo formada por representantes das 7 (sete) associações do território: Agrokrere, Floresta Protegida, Tuto Pombo, Pykore, Kränhmenht, Piokrere, Poré. Naquela ocasião, teria sido apresentada a maneira como são desenvolvidos os projetos de crédito de carbono, as suas etapas, os prazos, os direitos e deveres dos parceiros, esclarecendo-se as dúvidas dos membros da comitiva, além da leitura de cada cláusula da minuta de contrato, conferindo-se oportunidade ao debate e à elucidação de todos os questionamentos. A minuta de contrato teria sido disponibilizada aos participantes para análise, inclusive para aconselhamento jurídico. Após reunião privada dos integrantes da comitiva da TI Kayapó, a empresa Carbonext teria sido convidada a apresentar a proposta de parceria aos demais integrantes da TI, tendo sido escolhida a aldeia Kriny.

5. Na seção 2.3 é informado que, antes da reunião presencial, foram realizadas reuniões com o Procurador da República Dr. Márcio de Figueiredo (PRM-Redenção), no dia 11 de janeiro de 2023, e com os Defensores Público do Estado do Pará Dr. Diogo Eluan e Dr. Edgar Alamar, no dia 17 de janeiro de 2023, para tratar das questões relativas ao desenvolvimento de projetos de crédito de carbono em territórios indígenas.

6. Na seção 2.4 é apresentada uma descrição da reunião presencial ocorrida na aldeia Kriny, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2023, com a presença de, aproximadamente, 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, entre caciques, lideranças, presidentes, coordenadores das associações. É citado também que estiveram presentes os advogados Marcondes Cardoso Lima (OAB-PA 18.496) da Associação Angrokrere, que representaria 30 (trinta) aldeias, e Lincon Magalhães Machado (OAB-PA 24233), da Associação Tuto Pombo, que representaria 11 (onze) aldeias. Menciona-se ainda a presença do Coordenador Regional da FUNAI/CR Kayapó Sul do Pará e da Defensoria Pública do Estado do Pará, representada pelo defensor Dr. Rodrigo Cerqueira. A reunião também teria contado com a participação do intérprete Sandro Takwry Kayapó (Angrokrere), a fim de garantir a transparência e a plena compreensão dos assuntos debatidos.

7. De acordo com o documento “após ampla deliberação, os caciques, as lideranças e os presidentes das associações decidiram, por unanimidade, pela assinatura do compromisso de parceria para o desenvolvimento do projeto de crédito de carbono”.

8. A Carta é ainda acompanhada de 8 anexos, sendo eles:

- a) Anexo 1 – Memória Reunião Preliminar – TI Kayapó (realizada no Hotel Star Gold, em Ourilândia do Norte, em 11 de novembro de 2022);
- b) Anexo 2 – Print Screen de grupo de Whatsapp denominado TI Kayapó e Carbonext;
- c) Anexo 3 – Fotografias que aparentam ser da reunião ocorrida em São Paulo, dia 06 de dezembro de 2022;
- d) Anexo 4 – Lista de Presença da reunião ocorrida no escritório da Carbonext, em São Paulo, no dia 06 de dezembro de 2022;
- e) Anexo 5 – Documento da Associação Indígena Poré Kayapó convidando a empresa Carbonext para participar de reunião informativa de esclarecimento sobre projetos de créditos de carbono a ser realizado na aldeia Kriny, na TI Kayapó, entre os dias 20 a 23 de janeiro de 2023;
- f) Anexo 6 - Memória da Reunião Informativa e Deliberativa sobre Projetos de Crédito de Carbono, datado dos dias 21 e 22 de janeiro de 2023, acompanhada de lista de presença e fotos;
- g) Anexo 7 – Lista de Presença de apresentação REDD+ Projeto da Carbonext, datada de 21 e 22 de janeiro de 2023;
- h) Anexo 8 – Documento assinado denominado “Compromisso de Parceria para o Desenvolvimento de Projeto de Créditos de Carbono”

1. ANÁLISE DO ANEXO 6 - MEMÓRIA DA REUNIÃO INFORMATIVA E DELIBERATIVA SOBRE PROJETOS DE CRÉDITO DE CARBONO

9. Trata-se de memória da reunião ocorrida entre os dias 21 e 22 de janeiro de 2023 na aldeia Kriny, Terra Indígena Kayapó, redigida por Samuel Vieira Cruz, antropólogo da empresa Amazônia

Etnoambiental e Sustentabilidade Ltda.

Entre os participantes listou-se:

I - Associações Indígenas: Associação Pykore, Associação Pore, Associação Piokere, Associação Tuto Pombo, Associação Kranhmenti, Associação Floresta Protegida, Associação Angrokrere.

II - Funai: Leonardo dos Santos Pires Filho – Coordenador Regional/ CR Kayapó Sul do Pará.

III - Defensoria Pública/PA: Dr. Rodrigo Cerqueira.

IV - Carbonext: Gabriel Simões Buzzo, Almir Sanches, Rui Almeida, Francy Nava, Edwilson Pordeus; Gláucio Cruz, Márcio Nagano e Samuel Vieira Cruz;

V - Advogados: Dr. Lincoln Magalhães, OAB/PA 18.496 24233, Assessor da Associação Tuto Pombo; Dr. Marcondes Cardoso Lima, OAB/PA 18.496, Assessor da Associação Angrokrere.

VI - Intérprete: Sandro Takwry Kayapó (Angrokrere)

10. Tendo em vista que se trata de relato de 15 páginas, ater-se-á apenas a algumas passagens que despertaram maior atenção.

11. Destaca-se trecho da fala de Almir Sanches, que afirma que o projeto de crédito de carbono é muito mais do que um projeto de preservação da floresta, pois com a possibilidade de geração de renda, o povo Kayapó poderá dispor de recursos que poderão ser utilizados para investimento em saúde, educação, conforto das famílias, proteção territorial, entre outras aplicações. Nesse ponto, cabe mencionar que o fornecimento de serviços de saúde, educação e proteção territorial são obrigações do Estado brasileiro, e se tratando dos dois primeiros trata-se ainda de obrigações de atuação diferenciada, considerando as especificidades culturais e sociais de cada grupo indígena.

12. Em determinado ponto do relato, Almir Sanches afirma que atualmente a Carbonext possui parceria com mais cinco projetos com povos indígenas, mencionando: Suruí Paiter; Cinta Larga; Arara do Rio Branco; Munduruku do Amazonas na TI Coatá-Laranjal; no Pará, os Tembê da TI Alto Rio Guamá. Não ficou claro no relato se esses projetos seriam do “tipo REDD” no âmbito do mercado voluntário de carbono. Nesse ponto, registra-se que no banco de dados da COPAM/CGGAM sobre projetos do “tipo REDD” no âmbito do mercado voluntário de carbono constam os projetos da Carbonext com os Tembê da TI Alto Rio Guamá (processo nº 08770.000369/2022-27); e com as associações indígenas Passapkareej e Yukapkatan, respectivamente, dos povos Cinta Larga e Arara, nas Terras Indígenas Aripuanã e Arara do Rio Branco (processo 08789.000324/2022-53). No caso das parcerias com os Paiter Surui e na TI Coatá-Laranjal, desconhecemos o seu teor ou existência de contratos firmados.

13. Há o registro da fala de Sandro (aparentemente Sandro Takwry Kayapó) de que não haveria pressão para assinatura de contrato, e que os indígenas iriam discutir também com outras empresas que poderiam apresentar suas propostas e que seriam analisadas pelos indígenas. Entretanto, observa-se que 8 dias após a reunião foi assinado o documento “Compromisso de Parceria para o Desenvolvimento de Projeto de Créditos de Carbono”, no qual a comunidade garante à Carbonext, “em caráter irrevogável e irretratável, a exclusividade para o desenvolvimento do Projeto e negociação dos Créditos de Carbono e/ou de outros ativos socioambientais”.

14. Há o registro de que, tendo em vista que existe uma expectativa de dois anos para a geração dos créditos de carbono, e que esse tempo seria longo diante da necessidade da comunidade, a empresa teria conversado com alguns clientes que demonstraram interesse em comprar créditos antecipados dos Kayapó. Entretanto, no caso de pagamento antecipado, o valor do crédito cairia de 14/15 dólares para cerca de 4 dólares. Ressaltou-se que o investimento seria da Carbonext, e que a oportunidade de antecipação serviria para investir em alguns projetos estruturantes ou em coisas que seriam deliberadas pela comunidade indígena.

15. Quando questionado sobre a parte de 70% da comunidade e as responsabilidades da mesma no que diz respeito às atividades de vigilância e prevenção, Almir Sanches respondeu que seria para o monitoramento e a guarda da floresta. No entanto, informou que a Carbonext iria auxiliar nisso, pois dispõe de ferramentas de monitoramento que permite ver qualquer desmatamento que se aproxime do

território. Afirmou também que “ Por exemplo, se a gente observa que algum risco ou ameaça de desmatamento avançando no rumo da terra indígena, o trabalho é muito mais preventivo. Cada aldeia fazendo o monitoramento de sua região, já é uma boa parte do trabalho que já é feito pelos povos indígenas. A fiscalização é uma das responsabilidades compartilhadas entre a empresa e os povos indígenas, que deverão ser parte da proposta do projeto, que poderia sair de parte da receita de cada uma das partes”.

16. Tendo em vista o parágrafo acima, fica-se em dúvida se a empresa compreende que a atividade de fiscalização é diversa da de vigilância, e que a primeira só pode ser executada pelo poder público, pelas instituições com poder de polícia e de autuação. De qualquer forma, evidencia-se que a atuação dos órgãos públicos responsáveis pelo combate ao desmatamento em terras indígenas é essencial para o sucesso do projeto.

17. Existe o registro do debate entre as lideranças Kayapó presentes e representantes de associação sobre a assinatura ou não do contrato naquele momento. Em determinado momento é dito que existiam dúvidas ainda sobre algumas cláusulas. A equipe da Carbonext tentou esclarecer algumas das perguntas que foram feitas a eles. Entretanto, registra-se que após uma reunião de 10 minutos na qual as lideranças indígenas se reuniram, os representantes das associações foram chamados para deliberar e assinar o contrato. Sandro falou comunicando a deliberação coletiva e unânime pela assinatura do contrato, pedindo que sejam esclarecidos alguns pontos, o que teria sido feito por Almir Sanches.

18. Também consta no documento que Almir esclareceu que seguirão conversando sobre a venda antecipada de créditos do povo Kayapó, porém, o prazo para definir o valor somente poderá ser informado em 90 dias, pois precisam negociar com seus clientes. Vencido esse prazo, haverá reunião entre as partes, empresa, associações, caciques, para informar sobre os valores de antecipação. É registrado também que houve adequações contratuais na minuta do contrato, sugeridas pelos advogados das associações indígenas.

2. ANÁLISE DO ANEXO 8 - DOCUMENTO “COMPROMISSO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE CRÉDITOS DE CARBONO”

19. O documento é datado de 30 de janeiro de 2023, estruturado no formato de contrato, e tem as seguintes partes:

- a) Povo Mebengokre da Terra Indígena Kayapó
- b) Carbonext Tecnologia em Soluções Ambientais Ltda.

20. Nos considerandos dos documentos destaca-se os seguintes itens:

III – O projeto socioambiental de geração de créditos de carbono se baseará, sempre, no uso tradicional da terra e no plano de vida das comunidades indígenas, tal como comunicado pela comunidade ao longo do processo de construção conjunta do projeto e que, após a assinatura deste Compromisso, uma vez desenhado o projeto, será ele submetido à aprovação das comunidades, de acordo com as melhores práticas de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;

IV – A comunidade representa o povo indígena Mebengokre que ocupa tradicionalmente a Terra Indígena Kayapó (“Território Indígena”), povo que possui a posse permanente da terra e ser usufruto exclusivo, sendo, portanto, a COMUNIDADE parte legítima para assinar contrato em nome dos possuidores e usufrutuários do Território Indígenas;

VI – A par do Considerando IV, houve todo cuidado na realização da verificação do Consentimento Prévio, Livre e Informado (CLPI) da comunidade indígena com relação ao presente contrato, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, conforme registro de documento do Anexo I, que integra o presente contrato;

21. Informa-se que “As partes têm entre si justo e acertado celebrar o presente “Compromisso para o Desenvolvimento de Projeto de Crédito de Carbono” (“Compromisso”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir”.

22. No objeto do documento é informado, no item 1.1, que “ Este compromisso define as diretrizes, termos e condições da parceria que será realizada entre as Partes para permitir o

desenvolvimento de atividades de exploração sustentável (bioeconomia), em especial projeto com potencial de geração de créditos de carbono de área florestal no Território Indígena, inclusive VCU ou outro que venha a substituí-lo, “Créditos de Carbono”), com certificação pelas regras de REDD, REDD+. REDD++, sempre a ser realizado de acordo com o uso tradicional da terra pela comunidade e com o prévio, livre e informado consentimento da comunidade, bem como posterior comercialização dos Créditos de Carbono de titularidade das Partes (“Projeto”).

23. No item 1.2 é informado que “Segundo os termos da parceria ajustada entre as Partes, (I) à Carbonex caberá a obrigação de, às suas expensas e sob a responsabilidade, realizar as atividades de desenvolvimento do Projeto; (II) à COMUNIDADE caberá a obrigação de disponibilizar o Território Indígena exclusivamente para a implantação do Projeto de Crédito de Carbono, sem prejuízo do uso tradicional da terra, bem como outros usos e projetos que sejam compatíveis com o objeto deste contrato, sendo ainda a COMUNIDADE, sempre com o auxílio da CARBONEXT, responsável pela guarda e manutenção do Território Indígena, colaborando com a CARBONEXT no que se faça necessário para permitir a implantação do Projeto, nos termos deste Compromisso; e (III) a CARBONEXT e a COMUNIDADE dividirão os Créditos de Carbono e os créditos decorrentes de sua venda, na proporção de 70% dos créditos para a COMUNIDADE e 30% dos créditos para a CARBONEXT”.

24. No item 2, “Estrutura da Parceria”, destaca-se que, de acordo com o item 2.1.1, as atividades de manutenção e guarda da propriedade, consistentes na adoção de providências necessárias à preservação da situação do Território Indígena, será realizada pela comunidade, às suas expensas e sob a sua responsabilidade, com o apoio da Carbonext.

25. No item 2.1.2 consta que a área do projeto será definida de acordo com o uso tradicional da terra, tal como entendido e comunicado pela comunidade indígena, em processo de consentimento livre, prévio e informado, sendo que tal definição levará em conta o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), o Etnomapeamento e o Etnozoneamento, quando já existentes, que deverão ser atualizados, às expensas da Carbonext, se necessário, ao longo do projeto. Por sua vez, o item 2.1.3. afirma que caso inexistente o PGTA, Etnomapeamento e Etnozoneamento, eles deverão ser desenvolvidos ao longo do projeto, às expensas da Carbonext, sendo que, mesmo antes disso, para a definição da área do projeto, e posterior registro do projeto, deverá ser feito processo de consulta livre, prévia e informada em que a comunidade indígena defina seu uso tradicional da terra e seus planos de utilização, a fim de que o projeto a eles se amolde.

26. Em um item, sem numeração entre o 2.2 e 2.3, afirma-se que “As Partes, uma vez identificadas as efetivas potencialidades do Território Indígena com relação aos ativos socioambientais, inclusive os Créditos de Carbono, poderão celebrar contrato de parceria regulando, em detalhes e com base no quanto já estabelecido no presente Compromisso, os direitos e obrigações de Parte a Parte. A celebração do mencionado contrato, no entanto, servirá apenas, se necessário, para discriminar de maneira mais detalhada os direitos e obrigações de cada parte, sendo que a falta deste contrato em nada altera, afasta ou interfere, de qualquer modo, os direitos e obrigações já estabelecidos no presente Compromisso”.

27. No item 3.1, consta que a Comunidade compromete-se a:

- a) Disponibilizar o Território Indígena para a implantação do Projeto, sempre a ser realizado de acordo com o uso tradicional da terra pela comunidade e com o prévio, livre e informado consentimento da comunidade, e sem prejuízo de outros usos e projetos que sejam compatíveis com o objetivo deste contrato;
- b) Realizar as atividades de vigilância e manutenção da área, evitando e coibindo a ocorrência de incêndios e de danos à vegetação existente;
- c) Garantir à Carbonext, **em caráter irretratável e irrevogável (grifos nossos)**, a exclusividade para o desenvolvimento do Projeto e negociação dos Créditos de Carbono e/ou de outros ativos socioambientais, sendo, entretanto, dadas as possibilidades do mercado, decisão exclusiva da comunidade, por seus representantes, quando, para quem e a que preço vender os créditos relativos à sua parte do Projeto.
- d) A Comunidade confere à Carbonext exclusividade para o desenvolvimento dos estudos pertinentes ao Projeto e à implementação da Operação objeto deste Contrato, a qual vigorará até a data do término da vigência do Projeto sendo certo que o prazo máximo do Projeto será de 30 (trinta) anos, com possibilidade de renovação, de acordo com Consentimento Livre Prévio e Informado CLPI.

28. No item c) da cláusula 3.2. consta que a Carbonext compromete-se a “realizar as atividades de marketing e comercialização dos produtos decorrentes das atividades de exploração sustentável do Território Indígena, inclusive os Créditos de Carbono, **ficando a Carbonext desde logo autorizada a utilizar imagens internas e/ou externas do Território Indígena e/ou nome, marca ou logotipo do Território Indígena e/ou da Comunidade em peças publicitárias e de comunicação (grifos nossos).**

29. No item 4. “Divisão dos Créditos” consta que: 4.1 – Em razão da parceria objeto do presente compromisso, as Partes farão jus aos seguintes percentuais dos Créditos de Carbono gerados ao longo do Projeto e de quaisquer outras receitas geradas a partir de outros ativos socioambientais: **(I) Comunidade: 70% (setenta por cento); e (II) Carbonext: 30% (trinta por cento) (grifos nossos).**

3. ANÁLISE:

30. Cabe mencionar que a Carbonext não é a primeira empresa a tentar realizar um projeto de REDD+ no âmbito do mercado voluntário de carbono na TI Kayapó. De acordo com dados compilados pela CGMT à época em que aquela acompanhava este tema, foi registrado a existência de Projeto para o Parque Indígena do Xingu, Complexo Kayapó e Panará, datado de 2009, proposto pelas entidades ISA, CI, IPAM, Associação Floresta Protegida, Instituto Kabu, Instituto Raoni. Consta também que a primeira etapa do projeto seria a elaboração dos Planos de Gestão. Além desse registro, em período mais recente, registra-se a iniciativa de elaboração de Projeto de Carbono na TI Kayapó pela Neo Green Consultoria Ambiental, conforme consta nos autos do processo nº 08620.010118/2020-11. Esta iniciativa motivou a elaboração da Informação Técnica nº 21/2021/COPAM/CGGAM/DPDS-FUNAI (2848944), a qual tratou de informações sobre cuidados que devem ser observados em relação a projetos autointitulados REDD+ em terras indígenas, no âmbito do mercado voluntário de carbono.

31. Tendo como objetivo ser mais sintético, não se reproduzirá novamente o conteúdo da Informação Técnica nº 21/2021/COPAM/CGGAM/DPDS-FUNAI (2848944), recomendando-se a leitura da mesma, assim como da Informação Técnica nº 21/2022/COPAM/CGGAM/DPDS-FUNAI (3910863). Entretanto, no que diz respeito às recomendações presentes naquela informação técnica, em especial no que diz respeito ao conteúdo dos documentos produzidos pela Funai e MMA, em anos anteriores, e em especial as Salvaguardas para REDD+ definidas no âmbito dos Acordos de Cancun da 16ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima, cabe reforçar os seguintes aspectos, no que diz respeito ao documento “Compromisso de Parceria para o Desenvolvimento de Projeto de Créditos de Carbono” assinado pela Carbonext e comunidade Kayapó:

a) Considera-se não adequado que, apesar de não ser denominado de “contrato”, no instrumento jurídico assinado pela empresa e lideranças indígenas conste que fica garantido à Carbonext, “em caráter irrevogável e irretratável, a exclusividade para o desenvolvimento do Projeto e negociação dos Créditos de Carbono e/ou de outros ativos socioambientais”. Tal fato é agravado pela circunstância de que o acordo foi firmado sem a existência prévia de um projeto;

b) Apesar de ter sido registrado na memória da reunião de que não haveria pressa para assinatura de contrato, o instrumento jurídico foi assinado poucos dias após a reunião ocorrida na TI Kayapó. Tratando-se o desenvolvimento de projeto de crédito de carbono em terra indígena de temática nova e complexa, mesmo que as associações indígenas tenham sido assessoradas pelos seus advogados, considera-se que houve um lapso de tempo muito curto para que fosse possível considerar outras propostas, incluindo-se aqui outros tipos de arranjos para além de projetos isolados, como os programas jurisdicionais financiados pelo LEAF, utilizando o padrão ART-TREES^[1];

c) Não se observou o atendimento a recomendação f) da IT 21/2021 (2848944), ou seja, que deve ser garantida a possibilidade de rescisão contratual, bem como de repactuação contratual com periodicidade, pelos povos e comunidades indígenas, adequando o contrato às realidades presentes;

d) Consta no documento a cessão gratuita dos direitos de uso de imagem dos indígenas da TI Kayapó, os quais tratam-se de direitos autônomos, e portanto seria importante certificar que os indígenas em questão tem ciência de que isso se reverterá em benefício para o contratante;

e) Não possuo conhecimento técnico sobre os tipos de contratos estabelecidos entre empresas e proprietários/usufrutuários para avaliar se a porcentagem de 30% dos créditos para os primeiros e 70% dos créditos para os segundos, é de fato a melhor condição de mercado possível, ou se encontra-se em proporção de mercado.

f) A estratégia de "adiantamento" de recursos, proposta pela Carbonext, com a venda antecipada de recursos de crédito de carbono para empresas parceiras deve ser analisada com muito cuidado, na medida em que não existe ainda um projeto que demonstre a robustez da iniciativa para alcançar o seu fim, qual seja, a redução do desmatamento e degradação da TI Kayapó. Além disso, o valor a ser pago pelo suposto "adiantamento", segundo a própria memória de reunião, seria cerca de 30% do valor a ser pago pelo valor dos créditos "não antecipados".

4. **CONSIDERAÇÕES:**

32. Observa-se, conforme registrado no Ofício DPDS 148 (4913090), um aumento expressivo de processos relacionados à comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário de 2022 até o presente momento, onde evidencia-se que comunidades e lideranças indígenas de várias localidades do país vem sendo procuradas por empresas e escritórios de advocacia com interesse em apresentar projetos e, em alguns dos casos, chegam a firmar contratos referentes à comercialização de créditos de carbono em terras indígenas.

33. No que diz respeito a recomendação, constante na Nota Técnica 40 PGF- PFE 2010 (4899396), de que em virtude do mercado formal de créditos de carbono não estar ainda regulamentado, não há como a União participar ou autorizar, no momento, tais negociações, devendo o acompanhamento das tratativas em curso para que não haja lesão dos direitos indígenas, informa-se o que segue. Até então, a única iniciativa de projeto do tipo REDD+ no âmbito do mercado voluntário de carbono que chegou a comercializar créditos de carbono, e que foi acompanhado pela Funai, foi o Projeto de Carbono Florestal Paiter Surui - PCFS (Processos 08620.044386/2013-07 e 08620.045501/2014-33). Entretanto, tal projeto foi uma iniciativa que contou com um arranjo muito particular e de difícil replicação. O PCFS faz parte de um processo mais longo, de cerca de uma década, de realização de diagnósticos participativos, elaboração de Etnomapeamento e Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA na TI Sete de Setembro, envolvendo uma série de apoiadores da sociedade civil organizada, tais como Forest Trends, IDESAM, ACT Brasil, Associação Kanindé, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, ou seja, todas entidades sem fins lucrativos. Portanto, trata-se de iniciativa que difere das atuais propostas de elaboração de projetos de carbono em terras indígenas, as quais são protagonizadas por empresas privadas em busca de lucro, e nas quais há previsão de uma divisão percentual dos créditos de carbono gerados entre empresa e comunidade.

34. O Projeto de Carbono Florestal Surui – PCFS sofreu também uma série de problemas em sua execução, os quais devem ser utilizados como forma de aprendizado. Para além dos problemas enfrentados pelo PCFS que dizem respeito a questões mais gerais e desafios do indigenismo como um todo, também existem questões específicas do projeto e de sua dinâmica atrelado ao mercado voluntário de carbono que merecem ser relatadas. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável – IDESAM elaborou uma análise de mudança do uso da terra e cobertura vegetal na TI Sete de Setembro no período de 2012-2015. Segundo o documento, analisando-se o período de implantação do PCFS (2010 a 2015) é possível evidenciar o papel do projeto desde o seu início na contenção do desmatamento, sendo que destes seis anos, quatro tiveram desempenhos satisfatórios, com redução do desmatamento observado em relação ao projeto no período (2011, 2012, 2013 e 2014). No entanto, entre os anos de 2013 a 2015 foi observado um significativo aumento do desmatamento na TI Sete de Setembro, com o alcance de um grande pico de desmatamento no ano de 2015. Os motivos apontados para esta alta do desmatamento, segundo o IDESAM, são:

- a) a dificuldade e complexidade de fazer a gestão territorial e promover ações de desenvolvimento sustentável em uma TI na fronteira do desmatamento, onde existe pouca presença do poder público e constante ameaça de atividades predatórias e ilícitos ambientais;
- b) o aumento do desmatamento em todas as Tis vizinhas da mesma região;
- c) conflitos de interesse internos em relação a repartição dos benefícios do PCFS e pressão do entorno para arrendamento de terras e exploração madeireiras.

35. O relatório do IDESAM ainda menciona que “todas as análises apontam para uma tendência de aumento do desmatamento no território para os próximos anos se não houver (sic) ações mais energéticas, principalmente por parte do poder público em conter as ações ilegais relacionadas à exploração ilegal de madeira e da Metareilá para tentar coibir o envolvimento das aldeias e indivíduos que estão se envolvendo em tais atividades”.

36. Ainda remetendo ao conteúdo da Nota Técnica 40 PGF- PFE 2010 ([4899396](#)) é importante esclarecer que até os dias atuais, todos os projetos de carbono do "tipo REDD+" existentes funcionam no âmbito do mercado voluntário. Ainda não há uma regulamentação para esse tipo de projeto no mercado regulado, ainda que seja possível que isso seja definido em futuras Conferência-Quadro da ONU sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Não se deve confundir também as iniciativas no âmbito do mercado voluntário de carbono com a abordagem de REDD+ que foi adotada pela Conferência-Quadro da ONU sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), a qual, até os dias atuais, é baseada em pagamentos por resultados, e não está atrelada a um mecanismo de mercado (comercialização de créditos de carbono), além de não ter uma abordagem baseada em projetos isolados. **Dessa forma, a questão que se coloca é como a Funai deve agir em relação aos projetos de carbono no âmbito do mercado voluntário, independentemente da existência de um eventual futuro mercado regulado.** Os mercados regulados são criados como resultado de qualquer política ou exigência regulatória nacional, regional e/ou internacional. Por sua vez, os mercados voluntários de carbono – nacionais e internacionais – referem-se à emissão, compra e venda de créditos de carbono, de forma voluntária. Este último tipo de mercado tem por característica que os principais compradores desses créditos são empresas que tem como objetivo compensar as suas emissões de GEE, dessa forma gerando benefícios para a imagem e reputação da empresa, os quais por sua vez se traduzem em impactos comerciais positivos. Os créditos também podem ser adquiridos por empresas que, levando em conta o crescimento do mercado de carbono no Brasil e no mundo, esperam lucrar com a revenda desses ativos no futuro. Os créditos de compensação de carbono gerados em mercados regulados podem, em alguns casos, ser adquiridos por entidades voluntárias e não regulamentadas, mas os créditos de mercado de compensação voluntária, a menos que explicitamente aceitos no regime regulado, não têm permissão para atender à demanda desse primeiro tipo de mercado. **Ou seja, é possível que paralelamente a um eventual mercado regulado subsista ainda um mercado voluntário.** O mercado voluntário, por definição, ocorre em um âmbito privado, de forma paralela às regulamentações estabelecidas pela ONU e pelos países.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO:

37. Tendo em vista a complexidade da temática, recomenda-se que os autos sejam enviados para análise da Procuradoria Federal Especializada – PFE para manifestação no âmbito de suas competências, em especial no que diz respeito a análise do Anexo 8 - documento “Compromisso de Parceria para o Desenvolvimento de Projeto de Créditos de Carbono” no prisma de possível violação ou ameaça aos direitos indígenas.

38. Além disso, levando em conta a sugestão constante na Informação Técnica 21 (3910863) de que seja constituído um Grupo de Trabalho (GT) técnico, envolvendo representantes das coordenações da sede da Funai que possuam atribuições correlatas ao tema com o objetivo de discutir e estabelecer diretrizes e critérios mínimos para o acompanhamento e análise da Fundação em processos que envolvam a comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário, e que recentemente o Ministério dos Povos Indígenas foi provocado para realização de reunião de alinhamento institucional sobre o tema, recomenda-se que a Coordenação Regional não avalize projetos que visem a comercialização de créditos de carbono em terras indígenas e que orientem os indígenas envolvidos de que as diretrizes institucionais sobre a temática encontram-se ainda em momento de avaliação e discussão.

39. Por fim, recomenda-se que, no âmbito das discussões interinstitucionais a serem realizadas no futuro Grupo de Trabalho a ser criado, sejam tratadas questões de âmbito também estratégico, alinhadas as seguintes preocupações:

- a) De que modo a realização de projetos isolados do tipo REDD, em terras indígenas, no âmbito do mercado de carbono voluntário, podem afetar a possibilidade de inserção dessas terras em programas jurisdicionais, tais como aqueles aprovados pelos oito dos nove estados amazônicos no Programa LEAF?
- b) De que modo a realização de projetos isolados do tipo REDD, em terras indígenas, no âmbito do mercado de carbono voluntário, podem afetar a possibilidade de iniciativas nessas mesmas terras no âmbito de um possível mercado regulado no futuro?

c) Qual é o arranjo mais adequado para a inserção das terras indígenas no mercado de carbono, do ponto de vista das salvaguardas, do menor risco, da melhor governança, do maior benefício para os povos indígenas, e do seu principal fim, que é a contribuição para a mitigação dos efeitos da mudança do clima?

Atenciosamente,

Felipe Vianna Mourão Almeida
Indigenista Especializado
COPAM/CGGAM

[1] . A LEAF, sigla que traduzida para o português significa “Reduzindo as emissões acelerando o financiamento florestal”, é uma coalizão global voluntária que reúne o setor privado e os governos para financiar a conservação das florestas tropicais e subtropicais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas no nível local e mundial. O programa LEAF tem como seu público empresas, oferecendo uma oportunidade de acelerar seus compromissos climáticos, apoiando diretamente a proteção de florestas tropicais. A natureza do programa é público-privada, pois o LEAF trabalha facilitando diretamente a relação entre as empresas, ou seja, o ente privado, com os países, estados e províncias (chamadas de jurisdições) e as instituições públicas, por meio de programas que envolvem todos os principais interessados. O Programa LEAF se utiliza do padrão ART-TREES. ART significa Arquitetura para Transações de REDD+. É um programa global voluntário de carbono, criado para registrar, verificar e emitir créditos de redução de emissões de REDD+ nos países e em jurisdições para atrair financiamento em grande escala. Na América Latina, o LEAF aprovou propostas no Brasil, Costa Rica, Equador e México. No caso do Brasil as jurisdições são Estados. No Brasil, as propostas aprovadas pertencem a oito dos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Cada estado propôs uma jurisdição. Alguns desses estados, como Acre e Mato Grosso, já possuem uma série de resoluções e instrumentos legais desenvolvidos para a implementação de projetos de REDD+, como o sistema de distribuição de benefícios e salvaguardas, o que auxilia na implementação.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Vianna Mourao Almeida, Indigenista Especializado(a)**, em 23/03/2023, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5008634** e o código CRC **0AEF4731**.